

CONTRADIÇÕES E CONFLITOS DO "BRASIL NOVO"

Victor Meyer¹

Há dois meses atrás, o Plano Collor era festejado na grande imprensa como o suprasumo da criatividade técnica, fadado a resolver grandes problemas, tais como a inflação e o atraso tecnológico do Brasil. A onda publicitária em torno do Plano chegou até a impressionar alguns incautos nas fileiras da esquerda.

Um Informe do CEPAS, publicado quatro dias depois da decretação do Plano², recusava-se a discuti-lo no enganoso terreno da técnica pura. Argumentávamos que o Plano Collor, como qualquer outra iniciativa do Estado, transpirava interesses de classe por todos os poros e era um ato político faccioso, proposto em defesa da ordem burguesa em seu conjunto. Por isto mesmo, era um plano diametralmente oposto aos interesses dos trabalhadores.

Ao longo dos últimos sessenta dias, a análise mostrou-se correta em suas linhas gerais. Agora, em meados de maio, poderíamos repetir o sub-título do Informe anterior ("Rumo à Crise Institucional"), pois a história desses dois meses mostra o acirramento dos conflitos no interior das classes dominantes e mostra também a tendência, cada vez mais concreta, a uma confrontação entre os trabalhadores e as classes dominantes em geral.

Ao mesmo tempo, houve ao longo deste curto prazo uma piora nas condições gerais da economia brasileira. A crise econômica, antes renunciada, está instalada com seus clássicos efeitos, gerando desemprego, queda na produção, destruição de forças produtivas. A inflação reaparece apesar das declarações em contrário do Presidente da República. Já o capital financeiro internacional apenas teceu elogios protocolares ao novo governo, sem abandonar uma postura de cautela frente às incertezas da atual realidade brasileira.

Para uma análise mais detalhada da nova situação, precisaríamos partir das bases históricas da estratégia governamental em vigor.

A história de um ato de força

O Plano Collor não foi o primeiro em sua espécie nos últimos dez anos de história do Brasil. Já é longa a série de planos de estabilização decretados desde os começos da crise da dívida, na década passada. A partir de 1981, ainda sob a ditadura militar, tivemos os planos do Ministro Delfim, sob a supervisão do FMI. Com a Nova República seguiram-se algumas tentativas de dar continuidade à política econômica da ditadura militar (Dorneles, Maílson) e um intervalo dito heterodoxo, o Plano Cruzado. Este último também visava a concentração do capital e a modernização capitalista, embora mesclasse esses objetivos com uma certa dose de populismo e de nacionalismo. O efêmero crescimento econômico dos anos 84/86 permitiu as breves incursões pela heterodoxia do Ministro Funaro. O Plano Collor reedita a matriz central dos seus precursores nos últimos dez anos: visa a modernização tecnológica, a concentração do capital e a internacionalização da economia brasileira.

Se o objetivo central é o mesmo, o que há de novo no Plano Collor? Para responder precisamos sair da análise puramente econômica e lembrar um fato político da maior importância, ocorrido no final de 1989, sem cuja referência não se pode compreender o

¹ Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em www.centrovictormeyer.org.br > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

² "O 15 de março de Collor de Mello: rumo à crise institucional", CEPAS, Salvador-BA, 19/03/1990.

Brasil de 1990. Estamos nos referindo às eleições presidenciais.

Em dezembro de 1989 os trabalhadores estiveram a um passo da conquista do governo federal. Era uma situação rigorosamente sem precedentes na história do Brasil. A festividade que geralmente cerca os processos eleitorais talvez tenha mascarado a tensa gravidade da cena política brasileira em começos de dezembro de 1989. Os trabalhadores chegaram perto do poder, pelo menos do poder na forma de um "governo de transição" (ainda não socialista). Ao mesmo tempo, a burguesia dividia sentimentos e atitudes que iam de um início de pânico a um começo confuso de reação.

A vitória eleitoral de Collor teve o efeito aparente de uma ducha fria sobre a fervura. Mas as eleições apenas retratavam uma situação. A sequência dos dois turnos permitiu que se vissem a olho nú as tensões objetivamente existentes nas bases da sociedade brasileira. Por isso mesmo, essas tensões sociais e políticas não iriam desaparecer em passe de mágica. Embora os trabalhadores hajam mergulhado no silêncio, logo em seguida, as classes dominantes não vacilaram em manter acionado o sinal de alarme.

Se LULA houvesse vencido, essas mesmas classes dominantes estariam preparando o confronto, inclusive sem afastar a hipótese da guerra civil (da mesma forma como a hipótese da guerra civil já fora cogitada por elas durante as conspirações preparatórias do golpe de 64). Com LULA derrotado, mas com as feridas abertas na base da sociedade, a burguesia tinha que patrocinar, ou no mínimo admitir, um ato de força para enfrentar o aguçamento das contradições e o agravamento da crise brasileira. Não por acaso, a hiperinflação se aproximava. A inflação não passa de um sintoma de intensificação da luta pela distribuição da riqueza social. Junto com a hiperinflação, a crise econômica também se aproximava. Dados hoje conhecidos mostram a produção industrial em queda já em janeiro de 1990, em fevereiro e no começo de Março.

O Plano Collor admite implicitamente a presença da crise, acelera e antecipa seus efeitos, numa espécie de manobra contra o tempo para tornar a crise administrável. O Plano Collor é um ato de força somente possível em situações de emergência, é uma intervenção estatal que se anuncia como de caráter draconiano, visando a reestruturação de uma ordem social ameaçada. Nesse contexto ele não é nem poderia ser um plano eleitoral.

O Plano Collor reconhece implicitamente a tendência à confrontação de classes hoje no Brasil, sem meios termos, e procura impor um saneamento no interior da ordem constituída. Isso implica num desafio às organizações independentes dos trabalhadores. A política de saneamento é uma política de arrocho e de incompatibilidade com o movimento independente dos trabalhadores.

Esse padrão de intervencionismo estatal teria que ser incompatível com a tradição de permissividade da Nova Republica. É este o teor de severidade e de urgência, imposto pelo agravamento da crise brasileira e em particular pela experiência das eleições de 1989, que dá a particularidade do Plano Collor. Que o distingue qualitativamente de todos os planos de estabilização anteriores, desde o começo da década de oitenta.

Os novos conflitos e os primeiros dilemas do governo

O novo governo teria que traçar uma estratégia de enfrentamento com os trabalhadores. Há de ter contado com a relativa eficácia da campanha propagandística que deu o impacto inicial do Plano. Pode ter previsto, também, o efeito paralisante da recessão e do desemprego sobre o movimento sindical. Além disso, traçou uma política de fomento à cisão do movimento sindical, cooptando lideranças "amarelas", - tática que, no entanto não obteve resultados até agora. Mas o governo sabe que a confrontação entre a sua política e os interesses dos trabalhadores é inevitável.

A força organizatória do movimento dos trabalhadores permanece de pé. Será forçada, pela própria dinâmica da situação criada, a uma reação defensiva. A situação nacional esboça um cenário de forças incompatíveis; o poderio organizado do movimento sindical independente, lado a lado à política agressiva e sem contemplações do governo

federal. Mais cedo ou mais tarde haverá uma colisão entre essas duas correntes da atualidade. E esse será então o fator crucial que responderá pelo destino do Plano Collor e pela direção posterior da política burguesa.

Afinal, o fato de o Plano existir não garante que vá às últimas consequências e alcance os seus objetivos. O saneamento pretendido pode ser retardado por força dos próprios conflitos internos entre as frações do capital. E a ofensiva geral do capital contra os trabalhadores pede ter sua marcha detida frente á reação dos trabalhadores organizados. Para uma avaliação sobre as possibilidades do Plano e da estratégia do novo governo é necessário um acompanhamento dos conflitos que o novo governo promove.

O confisco patrimonial imposto pelo Plano repercutiu de forma desigual entre os capitalistas. Desigual também, foi e continua sendo o poder de pressão de cada fração burguesa sobre o governo. Alguns setores foram privilegiados na "abertura de torneiras" depois do choque. A indústria automobilística, a construção civil, a agricultura, receberam cruzeiros do governo em lances públicos. Considerando que existem também os lances menos públicos, ainda é possível uma avaliação sobre os segmentos que receberam a parte do leão. Mas é óbvio que a reivindicação de liberação de cruzeiros foi o ponto central dos conflitos dos setores burgueses frente ao governo.

Essas desigualdades na reação esboçada por cada setor do capital ao corte da liquidez é também um dos fatores para a realimentação inflacionária que já se assiste. Quem se reabasteceu com cruzeiros mais rapidamente, tem mais fôlego para suportar o controle dos preços. Já os setores mais atingidos são obrigados a precipitar pela ponta a reação em cadeia da inflação.

O controle sobre a liquidez aparece nos termos originais do Plano como o pilar da estratégia econômica do governo. Logo depois da posse, o governo detinha um grau de controle sobre o crédito sem paralelo na história econômica do País. O manejo das "torneiras" daria ao governo, pelo menos durante certo tempo, um controle estratégico da economia. Mas o governo não se mostrou tão forte quanto o seu próprio Plano exigia. Cedeu a inúmeras pressões imediatas. Resultado é que, em 50 dias, os meios de pagamento evoluíram de 9,5% para 14% do PIB. Um salto monumental, considerando o pequeno intervalo transcorrido.

Desse modo, a própria política monetária está agindo, em seu percurso, como um dos focos detonadores da inflação pós-choque. O aumento da liquidez indica que as lutas de frações do capital sobre o Executivo continuam existindo. Que o conflito pela distribuição da riqueza continua, e com ele a velha inflação. Para que a política monetária tenha eficácia é preciso que os conflitos entre as frações do capital cheguem a um acomodamento, a um desfecho. Claro que o governo, nesse contexto, não é um mero pára-choque dos conflitos. Ele age com força própria, é um dos contendores na conflagração que envolve os setores do capital. Mas ao agir o governo tem contrariado, várias vezes, seus próprios propósitos, o que caracterizava uma demonstração de fraqueza dentro da crise política.

Se o governo continuar cedendo, assistiremos a uma ressurreição de José Sarney. Sendo que, nesse caso, Collor não estaria reencarnando um Sarney tal como o conhecíamos até há pouco, no final do "Brasil Velho" (também conhecido por "Nova Republica"), porque desde março estamos no "Brasil Novo", isto é, em aberta e plena crise econômica, política e social. Se, por outro lado, Collor conseguir reagir, só poderá fazê-lo às custas do aprofundamento dos métodos de ditadura já esboçados desde o início do seu governo. Em outras palavras: se Collor cede a uma política permissiva, pode criar uma crise aguda de governabilidade. Se, ao contratio, recrudesce a estratégia do Plano, será levado a aprofundar confrontos com as regras da democracia formal e parlamentar.

Espectros e ameaças latentes

A tensão permanente sobre a legalidade constitucional, desde a posse de Collor, tem

sido uma decorrência, sobretudo, dessas mudanças de regras de jogo no relacionamento entre as frações do capital. Não se quer dizer com isto que os trabalhadores tenham sido menos atingidos que as frações burguesas pelo assédio do governo. Muito pelo contrário. Mas para golpear os trabalhadores o governo não precisa alterar em nada a legalidade existente. A atual Constituição continua garantindo aos governos plenos poderes para atingir o movimento operário, confirmando mais uma vez que a democracia burguesa também é uma máquina de opressão sobre o proletariado. Entretanto, a legalidade reinante retrata um sistema de compromissos entre as frações do capital, que o novo governo tenta alterar.

Um dos lances recentes dessa crise política foi a batalha (se é que podemos usar esse termo) travada dentro do Congresso Nacional em torno das medidas provisórias. O episódio revelou uma curiosa contradição. De um lado, ficou claro que a sustentação parlamentar do governo Collor está sendo a mesma do governo anterior, a mesma que garantiu os cinco anos a Sarney. Collor precisa do velho Centrão para passar seus projetos no Congresso. Por outro lado, o novo governo não pode comprometer-se no estilo Sarney com as forças parlamentares fisiológicas, aglutinadas sob o lema do "é dando que se recebe", porque compromissos desse tipo inviabilizariam o projeto de saneamento da ordem. Para governar dentro da lei, Collor precisa do Centrão. Mas se entrar no jogo do Centrão repete a experiência do governo passado e assim compromete as necessidades das classes dominantes em seu conjunto (que precisam de um urgente intervenção estatal sobre a crise). Collor resolveu a contradição, provisoriamente, fazendo im jogo duplo: aliciou as bases do antigo Centrão, conseguiu a maioria, mas vetou todas as alterações no Plano que o Congresso aprovara exatamente em virtude dos compromissos acertados entre o governo e o "Centrão".

Ao vetar todas as alterações e passar por cima dos acordos partidários promovidos pelas lideranças do próprio governo, Collor decretou a nulidade do Congresso e dos partidos burgueses. Quanto ao Congresso, ao se recusar a assumir um confronto com o governo, abriu mais espaço para o Executivo avançar sobre as instituições da democracia formal.

A derrota do Congresso não chegou a representar um marco qualitativo na resolução dos conflitos abertos pelo atual governo. Essa constatação nos conduz a uma verificação sobre a situação particular hoje vivida pelo parlamento brasileiro. Apesar de fortalecido no texto da nova Constituição, desempenha de fato um papel subalterno na atual organização do poder. Fortalecido no papel, foi na verdade quase que exaurido pelo fisiologismo da Nova República, regredindo a um situação igual ou pior àquela vivida pela instituição durante a ditadura militar. Por isso, o Congresso foi derrotado, desmoralizado, mas a crise política não chegou a um desfecho, como se o Congresso não representasse realmente um fator de maior monta no cenário atual.

A situação dos partidos burgueses é tão lastimável quanto a do Congresso. O PMDB teria trocado o apoio ao governo por duas centenas de cargos federais (segundo o jornalista Jânio de Freitas). O PDS, PFL e similares afogam-se no jogo de favores. O PRN¹ é uma ficção. Sem tradição, sem programa, sem ideologia definida, os partidos burgueses parecem naufragar.

Essa fragilidade dos partidos burgueses, assim como a fragilidade do Congresso, num momento de crise política, são fatores que contribuem para um processo desagregador do precário regime democrático-burguês que substituiu a ditadura militar. Enquanto isso, a luta entre as facções dominantes continua se alastrando por todas as instituições do Estado, e já atinge inclusive as ante-salas dos quartéis (episódios Cruz, Figueiredo e outros). O governo Collor prossegue erodindo o regime nascido com a Nova República e continua criando premissas para um governo "forte", isto é, para alguma modalidade de ditadura aberta.

¹ PRN: Partido da Reconstrução Nacional, em cuja legenda Collor se elegeu presidente do país em 1989.

Simultaneamente, não se notam no horizonte as saídas concretas que poderiam indicar uma retonada da expansão capitalista num prazo breve. O capital financeiro internacional não deu, até aqui, nenhum passo consistente - afora vagas promessas - para uma retomada de investimentos e empréstimos. Até mesmo a anunciada abertura às importações pode não se realizar como o governo espera, pois não há divisas disponíveis para cobrir essa alternativa.

Se compararmos a atual conjuntura com o período 64/66, ficarão mais patenteadas as dificuldades postas à frente do Plano Collor. Em 64/66, um plano de estabilização exitoso abriu caminho para o posterior "milagre brasileiro". Acontece que a política econômica de Campos-Bulhões, logo depois do golpe militar, foi impulsionada por uma conjuntura internacional favorável, num momento em que o capital financeiro internacional começava a buscar novas fronteiras nos países de periferia. Hoje o mundo capitalista está envolvido num acirramento da concorrência, e os fluxos internacionais estão condicionados a exigências bem mais severas.

Por isso, o plano de estabilização de Collor, apesar de muito mais drástico do que todos os outros praticados na última década, pode não desaguar numa fase de expansão capitalista. A estagnação brasileira, nesse caso, iria continuar, mas já num quadro de crise social agravada. As condições seriam tais que a burguesia dificilmente conseguiria seguir governando dentro dos mesmos marcos institucionais da atualidade.

A título de conclusão

As sombrias possibilidades acima aventadas, claramente projetadas sobre a cena brasileira, estão vinculadas à perspectiva de agravamento da crise nacional. Somente um fator poderia afastar todos esses espectros que nos rondam, abrindo desdobramentos em outras direções. Esse fator seria a intervenção do movimento operário e dos trabalhadores em geral, cujas organizações estão vivas.

Os dados do momento são promissores. Não foi preciso esperar os dois meses do novo governo para que se pudessem verificar os sinais de superação da paralisia inicial do movimento: nas manifestações do 19 de maio, nas manifestações contra o desemprego no ABC, em SP e em outras cidades, na decisão dos operários da CSN de ocupar a empresa contra as demissões, etc. É certo que a crise e o desemprego criam dificuldades consideráveis para as mobilizações unificadas, mas a reação do movimento é inevitável e necessária.

A atual retomada organizada do movimento dos trabalhadores aparece como uma ação política defensiva e tende a se desenvolver nesse terreno durante algum tempo. Defesa do emprego, do salário, das organizações independentes. Essa agenda de lutas defensivas coloca na ordem do dia a tática da frente única, isto é, a organização de ações unificadas envolvendo todas as facções e correntes ideológicas do movimento dos trabalhadores.

Somente o movimento dos trabalhadores pode deter as tendências autoritárias ultra-reacionárias e golpistas que hoje germinam no Brasil. A imprensa liberal burguesa às vezes aventa a hipótese do parlamentarismo como alternativa a um eventual colapso do governo Collor. Mas a oposição burguesa, por si só, não seria capaz neste momento de levar adiante alternativa alguma. Como admitir a atualidade do parlamentarismo, se o Parlamento não está se aguentando nas suas próprias pernas? Se o Parlamento, em vez de acumular forças, prefere assistir em silêncio a sua própria decomposição? A superação das ameaças que hoje pairam sobre a sociedade brasileira depende da frente única dos trabalhadores.

(In **Informe Conjuntural**, CEPAS, Salvador-BA, 15/05/1990)

Este documento encontra-se em
www.centrovictormeyer.org.br